

# ***EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. e Controladas***

*Demonstrações Financeiras  
Referentes ao Período de Oito Meses  
Findo em 31 de Agosto de 2009 e ao  
Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2008 e  
Parecer dos Auditores Independentes*

*(Reapresentação)*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

## PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da  
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A.  
São Paulo - SP

1. Examinamos os balanços patrimoniais da EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. (“Companhia”), levantados em 31 de agosto de 2009 e 31 de dezembro de 2008, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado (consumido), correspondentes ao período de oito meses findo em 31 de agosto de 2009 e ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.
2. Examinamos, também, o balanço patrimonial consolidado da EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. (“Companhia”) e controladas, levantado em 31 de agosto de 2009, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido (controladora), dos fluxos de caixa e do valor adicionado, correspondentes ao período de oito meses findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma -opinião sobre essas demonstrações financeiras.
3. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia e de suas controladas; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia e de suas controladas, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
4. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas nos parágrafos 1 e 2 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, controladora e consolidado, da EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. e controladas em 31 de agosto de 2009 e 31 de dezembro de 2008, o resultado de suas operações, as mutações do patrimônio líquido, os seus fluxos de caixa e o valor adicionado (consumido) nas operações correspondentes ao período de oito meses findo em 31 de agosto de 2009 e ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Deloitte Touche Tohmatsu

5. Conforme mencionado na nota explicativa nº 32, as demonstrações financeiras estão sendo reapresentadas para incorporar informações adicionais às notas explicativas.

São Paulo, 6 de outubro de 2009, exceto para a nota explicativa nº 32, cuja data é 21 de dezembro de 2009



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes  
CRC nº 2 SP 011609/O-8



Ismar de Moura  
Contador  
CRC nº 1 SP 179631/O-2

ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S.A. E CONTROLADAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE AGOSTO DE 2009 E 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(Em milhares de reais - R\$)

<u>ATIVO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>
		<u>2009</u>	<u>2008</u>	<u>2009</u>			<u>2009</u>	<u>2008</u>	<u>2009</u>
<b>CIRCULANTE</b>					<b>CIRCULANTE</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	4	854	2	24.252	Fornecedores		2	-	16.775
Títulos e valores mobiliários	5	-	-	19.145	Empréstimos e financiamentos	14	397.524	-	469.861
Clientes	6	-	-	32.646	Debêntures	15	-	-	76.836
Impostos a recuperar	7	32	-	764	Impostos, taxas e contribuições a recolher	13	-	-	7.845
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber		148	-	-	Obrigações sociais		-	-	6.182
Despesas antecipadas	8	-	-	3.183	Empresas ligadas	16	-	5	7.441
Outros créditos		-	-	2.206	Credor pela concessão	17	-	-	13.186
Total do ativo circulante		<u>1.034</u>	<u>2</u>	<u>82.196</u>	Provisão para imposto de renda e contribuição social		-	-	10.059
					Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar		-	-	34.560
<b>NÃO CIRCULANTE</b>					Outras contas a pagar		<u>17</u>	<u>-</u>	<u>10.902</u>
Realizável a longo prazo:					Total do passivo circulante		<u>397.543</u>	<u>5</u>	<u>653.647</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12.(a)	-	-	6.368					
Depósitos judiciais		-	-	1.241	<b>NÃO CIRCULANTE</b>				
Investimentos	9	510.109	-	-	Empréstimos e financiamentos	14	-	-	11.000
Imobilizado	10	-	-	1.202.234	Debêntures	15	-	-	445.720
Intangível	11	<u>332.617</u>	<u>-</u>	<u>353.319</u>	Empresas ligadas	16	-	-	92
Total do ativo não circulante		<u>842.726</u>	<u>-</u>	<u>1.563.162</u>	Credor pela concessão	17	-	-	60.988
					Imposto de renda e contribuição social diferidos	12.(a)	-	-	5.304
					Provisão para contingências	18	-	-	17.868
					Outras contas a pagar		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>4.522</u>
					Total do passivo não circulante		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>545.494</u>
					<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>				
					Capital social	19.(a)	435.669	1	435.669
					Lucros (prejuízos) acumulados		<u>10.548</u>	<u>(4)</u>	<u>10.548</u>
					Total do patrimônio líquido		<u>446.217</u>	<u>(3)</u>	<u>446.217</u>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<u>843.760</u>	<u>2</u>	<u>1.645.358</u>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<u>843.760</u>	<u>2</u>	<u>1.645.358</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA O PERÍODO DE OITO MESES FINDO EM 31 DE AGOSTO DE 2009 E

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido (prejuízo) por ação)

	Nota <u>explicativa</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>
		<u>2009</u>	<u>2008</u>	<u>2009</u>
<b>RECEITA BRUTA DE SERVIÇOS</b>				
Receita com arrecadação de pedágio	21	-	-	66.794
Receitas acessórias e de prestação de serviços	21	-	-	3.001
		-	-	69.795
<b>DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA</b>				
Impostos sobre arrecadação		-	-	(3.678)
<b>RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS</b>				
Custo dos serviços prestados	22	-	-	66.117
		-	-	(26.397)
<b>LUCRO BRUTO</b>				
		-	-	39.720
<b>RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS</b>				
Despesas gerais e administrativas	22	(91)	(4)	(7.584)
Amortização de ágio de investimentos		(2.888)	-	(2.263)
Equivalência patrimonial	9	17.712	-	-
Outras receitas operacionais, líquidas		-	-	17
		14.733	(4)	(9.830)
<b>LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO</b>				
		14.733	(4)	29.890
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>				
Receitas financeiras	23	9	-	1.636
Despesas financeiras	23	(4.190)	-	(11.932)
		(4.181)	-	(10.296)
<b>LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL E ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>				
		10.552	(4)	19.594
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>				
Correntes	12.(b) e (c)	-	-	(9.437)
Diferidos	12.(b) e (c)	-	-	395
		-	-	(9.042)
<b>LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO PERÍODO/EXERCÍCIO</b>				
		10.552	(4)	10.552
<b>QUANTIDADE DE AÇÕES NO FIM DO PERÍODO/EXERCÍCIO (EM MILHARES)</b>				
		435.669	1	
<b>LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) POR AÇÃO NO FIM DO PERÍODO/EXERCÍCIO - R\$</b>				
		0,02	(4,00)	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (CONTROLADORA)  
PARA O PERÍODO DE OITO MESES FINDO EM 31 DE AGOSTO DE 2009 E  
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008  
(Em milhares de reais - R\$)

---

	<u>Nota explicativa</u>	<u>Capital social</u>	<u>Lucros (prejuízos) acumulados</u>	<u>Total</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007		1	-	1
Prejuízo do exercício		-	(4)	(4)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008		<u>1</u>	<u>(4)</u>	<u>(3)</u>
Aumento de capital em dinheiro em 1º abril de 2009	19.(a)	1.500	-	1.500
Aumento de capital com investimentos em 26 e 30 de agosto de 2009	19.(a)	434.168	-	434.168
Lucro líquido do período		-	10.552	10.552
SALDOS EM 31 DE AGOSTO DE 2009		<u>435.669</u>	<u>10.548</u>	<u>446.217</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

---

ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA  
 PARA O PERÍODO DE OITO MESES FINDO EM 31 DE AGOSTO DE 2009 E  
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008  
 (Em milhares de reais - R\$)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>
	<u>2009</u>	<u>2008</u>	<u>2009</u>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
Lucro líquido (prejuízo) do período/exercício	10.552	(4)	10.552
Ajustes para reconciliar o lucro líquido (prejuízo) do período/exercício com o caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:			
Depreciações e amortizações	-	-	12.309
Amortização de ágio em investimentos e direito de concessão	2.888	-	2.263
Encargos financeiros e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	601	-	3.949
Variação monetária sobre credor pela concessão	-	-	1.087
Receita financeira com títulos e valores mobiliários	-	-	(128)
Equivalência patrimonial	(17.712)	-	-
Baixa de bens do imobilizado	-	-	39
Redução (aumento) nos ativos operacionais:			
Clientes	-	-	(4.513)
Empresas ligadas	-	-	199
Impostos a recuperar	(32)	-	(28)
Despesas antecipadas	-	-	(365)
Outros créditos	-	-	(111)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores	2	-	1.332
Provisão para contingências	-	-	(189)
Credor pela concessão	-	-	(937)
Obrigações sociais	-	-	361
Impostos, taxas e contribuições a recolher	-	-	(376)
Empresas ligadas	(5)	5	(1.326)
Outras contas a pagar	17	-	(1.134)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	<u>(3.689)</u>	<u>1</u>	<u>22.984</u>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>			
Dividendos recebidos	17	-	-
Aquisição de bens do imobilizado e item do intangível	-	-	(13.646)
Aumento de capital	1.500	-	1.500
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	<u>1.517</u>	<u>-</u>	<u>(12.146)</u>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>			
Títulos e valores mobiliários	-	-	(7.526)
Captação de financiamentos - terceiros	397.879	-	397.879
Pagamento de financiamentos	(394.855)	-	(394.855)
Pagamento de dividendos	-	-	(23.482)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	<u>3.024</u>	<u>-</u>	<u>(27.984)</u>
Efeito do caixa e equivalentes de caixa de controladas recebido em aumento de capital	-	-	41.396
<b>AUMENTO LÍQUIDO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<u>852</u>	<u>1</u>	<u>24.250</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período/exercício	2	1	2
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período/exercício	854	2	24.252
<b>AUMENTO LÍQUIDO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<u>852</u>	<u>1</u>	<u>24.250</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO (CONSUMIDO)  
PARA O PERÍODO DE OITO MESES FINDO EM 31 DE AGOSTO DE 2009 E  
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008  
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>
	<u>2009</u>	<u>2008</u>	<u>2009</u>
RECEITAS			
Prestação de serviços	-	-	69.795
Outras receitas	-	-	17
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>69.812</u>
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui os valores dos impostos ICMS, IPI, PIS e Cofins)			
Custos dos serviços prestados	-	-	(6.830)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(91)	(4)	(13.259)
	<u>(91)</u>	<u>(4)</u>	<u>(20.089)</u>
VALOR ADICIONADO BRUTO	<u>(91)</u>	<u>(4)</u>	<u>49.723</u>
DEPRECIACÕES E AMORTIZAÇÕES	(2.888)	-	(14.572)
VALOR ADICIONADO (CONSUMIDO) LÍQUIDO	<u>(2.979)</u>	<u>(4)</u>	<u>35.151</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA			
Receitas financeiras	9	-	1.636
Equivalência patrimonial	17.712	-	-
	<u>17.721</u>	<u>-</u>	<u>1.636</u>
VALOR ADICIONADO (CONSUMIDO) TOTAL A DISTRIBUIR	<u>14.742</u>	<u>(4)</u>	<u>36.787</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO (CONSUMIDO)	<u>14.742</u>	<u>(4)</u>	<u>36.787</u>
Pessoal	-	-	3.730
Remuneração direta	-	-	2.570
Benefícios	-	-	986
FGTS	-	-	174
Impostos, taxas e contribuições	-	-	13.618
Federais	-	-	12.511
Municipais	-	-	1.107
Remuneração de capitais de terceiros	4.190	-	8.887
Juros	4.182	-	8.887
Outros	8	-	-
Remuneração de capitais próprios	<u>10.552</u>	<u>(4)</u>	<u>10.552</u>
Lucro (prejuízo) do período/exercício	10.552	(4)	10.552

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



## ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA O PERÍODO DE OITO MESES FINDO EM 31 DE AGOSTO DE 2009 E  
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008  
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

---

### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. (“Companhia”), anteriormente denominada EcoPorto Participações Ltda., foi constituída em 16 de maio de 2007 e tem por objetivo participar em outras companhias, conforme nota explicativa nº 9, na qualidade de sócia ou acionista.

Em 3 de fevereiro de 2009, os sócios aprovaram a transformação de sociedade empresarial limitada para sociedade por ações de capital fechado.

Em 26 de agosto de 2009, os acionistas aprovaram o aumento de capital mediante a emissão de 6.268.904 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$1,00 (um real) por ação, totalmente integralizadas pela Primav EcoRodovias S.A. (“Primav”) mediante a conferência de seus investimentos na Rodovia das Cataratas S.A. - EcoCataratas (“EcoCataratas”) e na Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. (“Ecovia”), considerando os saldos contábeis de 31 de julho de 2009, e de notas promissórias a pagar, conforme detalhado na nota explicativa nº 14. (a), no valor líquido total de R\$6.269.

Em 30 de agosto de 2009, os acionistas aprovaram o aumento de capital mediante a emissão de 427.899.017 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$1,00 (um real) por ação, integralizadas mediante conferência do investimento da Primav na Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. (“Ecovias”), considerando os saldos contábeis de 31 de julho de 2009, no valor de R\$427.899.

Os ativos e passivos das controladas e controladora recebidos em aumento de capital são como segue:

	31.07.09			Notas promissórias e ágios
	<u>Ecovia</u>	<u>Ecovias</u>	<u>EcoCataratas</u>	
<u>Balancos patrimoniais</u>				
Ativo:				
Circulante:				
Caixa e equivalentes de caixa	9.076	26.957	5.363	-
Títulos e valores mobiliários	-	11.491	-	-
Clientes	1.771	23.431	2.931	-
Outros ativos	751	4.300	598	-
Não circulante:				
Realizável a longo prazo	1.816	5.726	2.869	-
Investimento	-	-	-	85.241
Imobilizado e intangível	<u>68.461</u>	<u>967.484</u>	<u>100.445</u>	<u>334.880</u>
Total do ativo	<u>81.875</u>	<u>1.039.389</u>	<u>112.206</u>	<u>420.121</u>

## Passivo:

Circulante:				
Fornecedores	3.550	8.587	3.306	-
Empréstimos e financiamentos	26.966	281	44.350	393.899
Debêntures	-	73.364	-	-
Impostos, taxas e contribuições a recolher	1.227	5.174	1.520	-
Obrigações sociais	1.068	3.040	1.713	-
Empresas ligadas	1.696	5.261	1.644	-
Credor pela concessão	-	13.191	-	-
Provisão para imposto de renda e contribuição social	936	7.508	1.523	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	10.996	39.749	7.297	-
Outras contas a pagar	2.280	9.218	483	-
Não circulante:				
Empréstimos e financiamentos	11.000	-	-	-
Debêntures	-	446.583	-	-
Credor pela concessão	-	60.833	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	206	5.179	332	-
Provisão para contingências	3.230	14.140	3.271	-
Outras contas a pagar	-	4.623	199	-
Total do passivo	<u>63.155</u>	<u>696.731</u>	<u>65.638</u>	<u>393.899</u>
Acervo líquido	<u>18.720</u>	<u>342.658</u>	<u>46.568</u>	<u>26.222</u>

Insuficiência de capital circulante líquido

Em 31 de agosto de 2009, a Companhia possui deficiência de capital circulante líquido de R\$396.509 (R\$571.451 no consolidado), substancialmente composta por notas promissórias emitidas, conforme mencionado na nota explicativa nº 14. (a). A reestruturação dessa dívida está em andamento e a Administração, com base nas linhas de crédito disponíveis e nos fluxos de caixa projetados das operações, não antecipa problemas na efetivação da reestruturação pretendida e, dessa forma, assegura o cumprimento das obrigações de curto prazo, além disso possui linha de crédito renovável no prazo de 180 dias com o Banco Itaú S.A., com remuneração vinculada a 100% do CDI mais 4,5% de juros ao ano.

## 2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

O processo de elaboração das demonstrações financeiras envolve a utilização de estimativas contábeis. Essas estimativas foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e intangível e de sua recuperação pelas operações e análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências e avaliação dos instrumentos financeiros e demais ativos e passivos nas datas de encerramento do período/exercício.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas ao menos anualmente.

As demonstrações financeiras consolidadas em 31 de agosto de 2009 incluem as operações da Companhia e das seguintes empresas controladas, cuja participação percentual na data do balanço é assim resumida:

<u>Controladas</u>	<u>Participação - %</u>
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.	100
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.	100
Rodovia das Cataratas S.A. - EcoCataratas	100

As datas das demonstrações financeiras das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com as da controladora.

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis descritas no parágrafo 3 e com os seguintes procedimentos de consolidação:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas.
- Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados nas empresas controladas.
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios entre as empresas, bem como de lucros não realizados.
- Destaque do valor da participação dos acionistas minoritários nas demonstrações financeiras consolidadas, quando aplicável.

#### Comparabilidade das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras consolidadas relativas ao período de oito meses findo em 31 de agosto de 2009 incluem os resultados das controladas Ecovia, EcoCataratas e Ecovias para o período de um mês findo em 31 de agosto de 2009, em virtude de a integralização de capital ter ocorrido em 31 de julho de 2009. Portanto, a leitura das demonstrações financeiras deve considerar esse fato.

Os principais elementos das demonstrações financeiras das controladas consolidadas são os seguintes:

	31.08.09		
	<u>Ecovia</u>	<u>EcoCataratas</u>	<u>Ecovias</u>
<u>Balancos patrimoniais (*)</u>			
Ativo circulante	10.016	7.757	63.554
Ativo não circulante:			
Realizável a longo prazo	1.250	1.986	4.370
Imobilizado e intangível	70.293	101.830	966.198
Passivo circulante	47.382	60.259	148.627
Passivo não circulante	13.870	2.799	528.825
Patrimônio líquido	20.307	48.515	356.670
<u>Demonstrações do resultado (*)</u>			
Receita líquida de serviços	8.610	10.537	46.970
Custo dos serviços prestados	<u>(3.607)</u>	<u>(5.063)</u>	<u>(17.102)</u>
Lucro bruto	5.003	5.474	29.868
Despesas operacionais, líquidas	(2.246)	(2.068)	(3.179)
Resultado financeiro	<u>(329)</u>	<u>(446)</u>	<u>(5.340)</u>
Lucro operacional	2.428	2.960	21.349
Resultado não operacional	-	14	3
Imposto de renda e contribuição social	<u>(823)</u>	<u>(982)</u>	<u>(7.237)</u>
Lucro líquido do período	<u>1.605</u>	<u>1.992</u>	<u>14.115</u>

(\*) Balancos patrimoniais levantados em 31 de agosto de 2009 e demonstrações do resultado para o período de um mês findo em 31 de agosto de 2009.

As demonstrações do resultado, dos fluxos de caixa e do valor adicionado correspondentes ao período de oito meses findo em 31 de agosto de 2009 não estão sendo apresentadas em função de não ter havido operações nesse período.

### 3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

#### a) Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, destacando-se:

- As receitas de pedágio são reconhecidas quando da passagem dos usuários pela praça de pedágio.
- As despesas são registradas quando incorridas.
- As receitas decorrentes de vendas antecipadas de cupons de pedágio são contabilizadas como “Receitas antecipadas”, no passivo circulante, na rubrica “Outras contas a pagar”, sendo apropriadas como receitas ao resultado do período à medida que os usuários passam pela praça de pedágio.

b) Ativo circulante

- Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa geral, bancos conta movimento e aplicações financeiras representadas por operações de curto prazo e de liquidez imediata, não possuem risco significativo de desvalorização e estão registrados ao valor justo.

- Títulos e valores mobiliários

Embora tenham liquidez imediata, foram classificados como títulos e valores mobiliários por estarem vinculados ao processo de liquidação de remuneração das debêntures da controlada Ecovias e estão registrados ao valor justo.

- Instrumentos financeiros

Reconhecidos inicialmente ao valor justo e, para aqueles não classificados ao valor justo, por meio do resultado, acrescidos dos custos da transação diretamente atribuíveis. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros são mensurados conforme a seguir:

- i) Ativo financeiro ou passivo mensurado ao valor justo por meio do resultado

As aplicações financeiras e os títulos e valores mobiliários são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado se são mantidos para negociação ou designados pela Companhia no reconhecimento inicial. Esses instrumentos são mensurados ao valor justo e as oscilações subsequentes reconhecidas ao resultado do período/exercício.

- Clientes

Representados pelos respectivos valores de realização e podem incluir, caso seja julgado necessário, a provisão para créditos de liquidação duvidosa, cujo cálculo é baseado em estimativa suficiente para cobrir possíveis perdas na realização das contas a receber, considerando o histórico de recebimentos, a situação de cada cliente e as respectivas garantias oferecidas.

- Demais ativos

Apresentados pelos seus respectivos valores líquidos de realização.

c) Ativo não circulante

- Imobilizado

Os itens integrantes do ativo imobilizado estão registrados ao custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada, a qual é calculada pelo método linear, em virtude do prazo de vida útil estimada dos bens, limitada ao prazo remanescente para término do contrato de concessão com o Poder Concedente. As principais melhorias são registradas no imobilizado e os gastos com manutenção e reparos são registrados no resultado, quando incorridos. Os gastos com projetos de expansão, construção e melhorias, enquanto não terminados, são registrados como obras em andamento.

A depreciação é calculada pelo método linear para baixar o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas divulgadas na nota explicativa nº 10.

O ágio gerado pela mais-valia dos ativos na controlada Ecovias foi reclassificado para o ativo imobilizado para fins de consolidação (vide nota explicativa nº 9.(b)).

Os encargos financeiros decorrentes de financiamentos obtidos com terceiros são capitalizados ao custo de construção de ativos imobilizados em andamento, de acordo com a Deliberação CVM nº 193/96 (vide nota explicativa nº 10).

Em agosto de 2009, o valor consolidado capitalizado na rubrica “Imobilizado” foi de R\$474.

Adicionalmente, de acordo com o parágrafo 3º da Lei nº 11.941/09, a Companhia e suas controladas revisarão os critérios utilizados para determinação da vida útil econômica estimada para cálculo da depreciação e, conforme previsto no Pronunciamento CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08, em seu parágrafo 54, a primeira análise periódica será concluída até dezembro de 2009.

- Investimentos

Os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, tomando-se por base o patrimônio líquido levantado na mesma data-base. O resultado dessa avaliação é contabilizado ao resultado do período na rubrica “Equivalência patrimonial”.

- Ágio sobre investimento

Controladora

Ágio da controlada Ecovias, proveniente da mais-valia de ativos na data de aquisição, amortizado em virtude do prazo de vida útil estimada dos bens, limitada ao prazo remanescente para término do contrato de concessão, classificado no consolidado na rubrica “Imobilizado”.

- Intangível

#### Ágio - direito de concessão

Ágio advindo da aquisição das ações da EcoCataratas com base no direito de concessão, o qual é amortizado pelo prazo da concessão (até novembro de 2021).

#### Direito de outorga da concessão - controlada Ecovias

Em 24 de setembro de 2009, a CVM submeteu à audiência pública a minuta da Deliberação que referenda a Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão, emitida pelo CPC.

O tratamento contábil relacionado com as concessionárias de serviços públicos está sendo discutido há vários anos, não tendo sido alcançado consenso.

O objetivo dessa Interpretação é orientar os concessionários sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos a entidades privadas. Essa Interpretação não trata da contabilização pelos concedentes. Ela aplica-se a concessões de serviços públicos a entidades privadas caso: (a) o concedente controle ou regulamente quais serviços o concessionário deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e o seu preço; e (b) o concedente controle, por meio de titularidade, usufruto ou de outra forma - qualquer participação residual significativa na infraestrutura, ao final do prazo da concessão.

Caso seja aprovada a Interpretação Técnica ICPC 01, essa Deliberação pela CVM entrará em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União, aplicando-se aos exercícios encerrados a partir de dezembro de 2010 e às demonstrações financeiras de 2009 a serem divulgadas em conjunto com as demonstrações de 2010 para fins de comparação.

A Companhia iniciou os estudos para determinar os efeitos que a implementação dessa norma poderá resultar em suas demonstrações financeiras.

#### Sistemas

Registrados ao custo de aquisição, sendo a amortização registrada pelo prazo de até cinco anos.

- “Impairment” sobre ativos de longo prazo

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Companhia analisa se existem evidências de que o valor contábil de um ativo (imobilizado, intangível e outros ativos) não será recuperado. Caso sejam identificadas tais evidências, a Companhia estima o valor recuperável do ativo. O valor recuperável do ágio é determinado, ao menos anualmente. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (a) seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo; e (b) seu valor de uso. O valor de uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo até o final da sua vida útil. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil desse ativo (“impairment” ou deterioração). Para os ativos registrados pelo custo, a redução no valor recuperável é registrada ao resultado do período. Se não for determinado o valor recuperável de um ativo individualmente, é realizada a análise do valor recuperável da unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence. Exceto com relação à redução no valor do ágio, a reversão de perdas reconhecidas anteriormente é permitida. A reversão nessas circunstâncias está limitada ao saldo depreciado que o ativo apresentaria na data da reversão, supondo-se que a reversão não tenha sido registrada. A Companhia não identificou situações que requerem o reconhecimento de provisão em 31 de agosto de 2009. A recuperação do ágio foi avaliada por avaliadores independentes em 31 de dezembro de 2008 e nenhuma situação de provisão foi identificada naquela data nem subsequentemente.

d) Passivos circulante e não circulante

- Provisão para contingências e obrigações legais

A provisão para contingências é atualizada até as datas dos balanços patrimoniais pelo montante estimado de perda provável, observada a natureza de cada contingência, e apoiada na opinião dos consultores legais da Companhia. Os fundamentos e a natureza da provisão para contingências estão descritos na nota explicativa nº 18.

As obrigações legais são representadas por exigíveis relativos às obrigações tributárias, cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação judicial, constituídas pelo valor integral em discussão.

- Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social, dos períodos correntes e diferidos, são calculados com base na alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 proporcional aos períodos para imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social. A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ foi calculado com base no resultado, ajustado ao lucro real pelas adições e exclusões previstas na legislação. A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL foi calculada à alíquota vigente sobre o resultado antes do imposto de renda ajustado nos termos da legislação vigente. O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos, com base nas alíquotas vigentes, para as adições e exclusões, cuja dedutibilidade ou tributação ocorrerá em exercícios futuros. O reconhecimento dos créditos tributários está fundamentado em estudo de expectativa de lucros tributáveis futuros.



- Impostos sobre receita

As receitas com arrecadação de pedágio e outras estão sujeitas ao Imposto Sobre Serviços - ISS, ao Programa de Integração Social - PIS e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins cumulativos. Os tributos PIS, Cofins e ISS são apresentados como dedução da receita operacional bruta nas demonstrações do resultado.

- Empréstimos e debêntures

Reconhecidos inicialmente quando do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Posteriormente, apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos financeiros e juros proporcionais ao período incorrido (“pro rata temporis”), líquidos dos pagamentos efetuados.

Os encargos financeiros decorrentes de financiamentos obtidos com terceiros são capitalizados ao custo de construção de ativos imobilizados em andamento, de acordo com a Deliberação CVM nº 193/96 (vide nota explicativa nº 10).

A capitalização dos juros atende ao objetivo de se obter um custo de aquisição que reflita o total dos recursos aplicados no ativo, que proporcionará benefícios econômicos em períodos futuros, sendo o seu consumo confrontado com as receitas auferidas no período/exercício.

- Demais passivos circulante e não circulante

Demonstrados pelos valores nominais conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até as datas dos balanços patrimoniais.

e) Juros sobre o capital próprio

Calculados de acordo com a legislação vigente, observando-se o limite de variação da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP aplicada sobre o patrimônio líquido ajustado e demonstrada como distribuição de dividendos e, para fins fiscais, tratados como despesas financeiras, reduzindo, respectivamente, a base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social do período/exercício.

f) Lucro líquido (prejuízo) por ação

Calculado com base na quantidade de ações em circulação nas datas dos balanços patrimoniais.

g) Ajuste a valor presente

Os direitos e as obrigações de longo prazo e relevantes de curto prazo foram ajustados a valor presente em 31 de agosto de 2009 (vide nota explicativa nº 17).

## 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.08.09		31.12.08
	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>
Caixa geral	-	28	-
Bancos conta movimento	424	6.813	2
Numerário em trânsito (a)	-	5.012	-
Fundo de troco	-	3.067	-
	<u>424</u>	<u>14.920</u>	<u>2</u>
Aplicações financeiras-			
Recursos não vinculados (b)	<u>430</u>	<u>9.332</u>	-
Total	<u>854</u>	<u>24.252</u>	<u>2</u>

(a) Refere-se ao recebimento em dinheiro da arrecadação de pedágios realizada nos últimos dias do mês a ser depositado na rubrica “Bancos conta movimento”.

(b) Os recursos não vinculados referem-se substancialmente a aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários - CDBs, remunerados a taxas que variam entre 100% e 106% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, sem o risco de mudança significativa do valor. Os prazos de resgate variam de um a dois meses em média.

## 5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS - CONSOLIDADO

31.08.09

Recursos para liquidação e garantia de debêntures 19.145

Embora as aplicações mencionadas tenham liquidez imediata, foram classificadas como títulos e valores mobiliários por estarem vinculadas ao processo de liquidação de remuneração das debêntures da controlada Ecovias como garantia de recursos para pagamento de juros e principal (vide nota explicativa nº 15).

## 6. CLIENTES - CONSOLIDADO

31.08.09

Pedágio eletrônico - concessionárias 19.305  
 Cupons de pedágio 10.312  
 Outras contas - receitas acessórias 3.029  
32.646

Representados substancialmente por valores a receber de pedágio eletrônico, locação de painéis publicitários, ocupação de faixa de domínio, acessos e outros serviços decorrentes da utilização e exploração da faixa de domínio das rodovias.

Em 31 de agosto de 2009, a Administração, com base em sua avaliação do risco de crédito e histórico de recebimento dos clientes, entende que não se faz necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre o saldo de clientes.

O “aging list” das contas a receber está assim representado:

	<u>31.08.09</u>
A vencer	<u>32.140</u>
Vencidos:	
Até 30 dias	466
De 31 a 90 dias	4
De 91 a 180 dias	9
De 181 a 364 dias	<u>27</u>
	<u>506</u>
	<u>32.646</u>

## 7. IMPOSTOS A RECUPERAR

	<u>31.08.09</u>	
	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF a recuperar	32	163
Outros incentivos fiscais - Lei Rouanet nº 8.313/91	<u>-</u>	<u>601</u>
	<u>32</u>	<u>764</u>

## 8. DESPESAS ANTECIPADAS - CONSOLIDADO

O saldo das despesas antecipadas é composto por:

	<u>31.08.09</u>
Prêmios de seguros	<u>3.183</u>

## 9. INVESTIMENTOS

	<u>31.08.09</u>				
	<u>Valores das investidas</u>				
<u>Controladas</u>	<u>Patrimônio líquido</u>	<u>Resultado do período</u>	<u>Participação - %</u>	<u>Equivalência patrimonial (a)</u>	<u>Investimentos</u>
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.	356.670	14.115	100	14.115	356.670
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.	20.307	1.605	100	1.605	20.307
Rodovia das Cataratas S.A. - EcoCataratas	48.515	1.992	100	1.992	48.516
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. - ágio (b)				<u>-</u>	<u>84.616</u>
				<u>17.712</u>	<u>510.109</u>

(a) Resultado do período de um mês findo em 31 de agosto de 2009.

- (b) Em 31 de março de 2008, a Ecovias, optou por estornar os efeitos da reavaliação de ativos, retroagindo os efeitos para o início do exercício. Na Primav, os efeitos do estorno da reavaliação produziram acréscimo na rubrica “Ágio” no valor de R\$97.113, proveniente da mais-valia dos ativos em 1º de janeiro de 2008, suportado por laudos de especialistas contratados pela Administração à época. O saldo é amortizado em virtude do prazo de vida útil estimado dos bens da Ecovias, limitada ao prazo remanescente para término do contrato de concessão. No consolidado, o valor do ágio proveniente da mais-valia dos ativos está apresentado na rubrica “Imobilizado” e a amortização do ágio no resultado está apresentada na rubrica “Depreciação”.

Conforme definido em Contrato, na extinção da concessão haverá a imediata assunção dos serviços pelo poder concedente com a ocupação das instalações e a utilização de todos os bens reversíveis. Não são previstas indenizações ao término das concessões.

Nos casos de encampação, o poder concedente antecipando-se à extinção da concessão, procederá aos levantamentos e avaliações necessárias à determinação do montante da indenização que será devida à concessionária, mediante a prévia indenização das parcelas dos investimentos vinculados aos bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade dos serviços pertinentes à concessão, além da remuneração do capital pelo rompimento antecipado do contrato, calculada com base na proposta da concessionária, através da margem de receita líquida prevista para o prazo restante da concessão. Considerando que a Administração não julga provável a rescisão antecipada não foi apurado o eventual valor de ressarcimento.

No período de oito meses findo em 31 de agosto de 2009, as controladas efetuaram os seguintes pagamentos ao poder concedente: (i) EcoCatararas - R\$1.659; (ii) Ecovia - R\$1.501; e (iii) Ecovias - R\$ 11.874 (R\$ 1.820, R\$ 1.813. e R\$ 12.792 no período de oito meses findo em 31 de agosto de 2008, respectivamente).

#### Contexto operacional das concessionárias de rodovias

##### *Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.*

A Ecovias iniciou suas atividades em 29 de maio de 1998 e tem como objeto social exclusivo a exploração, pelo regime de concessão, do sistema rodoviário constituído pelo Sistema Anchieta-Imigrantes, de acordo com os termos de concessão outorgados pelo Governo do Estado de São Paulo.

O Sistema Anchieta-Imigrantes, com extensão total de 176,8 km, é constituído basicamente por: Rodovia Anchieta (SP-150 - entre o km 9,7 e o km 65,6), Rodovia dos Imigrantes (SP-160 - entre o km 11,5 e o km 70,0), Interligação Planalto (SP-041 - uma extensão de 8 km), Interligação Baixada (SP-059 - uma extensão de 1,8 km), Rodovia Padre Manoel da Nóbrega (SP-055/170 entre o km 270,6 e o km 292,2) e Rodovia Cônego Domênico Rangoni (SP-055/248 entre o km 0 e o km 8,4 e entre o km 248,0 e o km 270,6).

A concessão, pelo prazo de 20 anos e mediante a cobrança de pedágios, consiste na manutenção e melhoria dos sistemas de operação, construção da pista descendente da Rodovia dos Imigrantes, recuperação das rodovias existentes, construções de pistas marginais, implantação de sistemas de controle de tráfego e atendimento aos usuários, conservações preventivas, implantação de sistemas eletrônicos de gestão e arrecadação de pedágios.

Em 21 de dezembro de 2007, através do termo aditivo e modificativo nº 10, a controlada obteve a prorrogação do prazo de concessão por mais 70 meses, em virtude do reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão. O contrato de concessão possui vigência até março de 2024.

A controlada assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

a) Ampliação principal

- Duplicação da Rodovia dos Imigrantes, entre o km 41,0 e o km 58,0 (pista descendente), com término inicialmente previsto para o primeiro semestre de 2003. Esse compromisso foi cumprido antecipadamente em 17 de dezembro de 2002, com a entrega da obra.

b) Pagamento de

- Direito de outorga registrado na rubrica “Credor pela concessão”, em parcelas mensais de valores definidos até 2018, no valor total de R\$87.000 (R\$44.857 ajustados a valor presente), acrescido de atualização monetária com base na variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M.
- 3% da arrecadação mensal sobre as receitas derivadas da exploração do sistema rodoviário.

Ao término do período da concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A Ecovias terá direito à indenização correspondente ao saldo amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão.

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

A Ecovia foi constituída em 21 de outubro de 1997 e tem como atividade principal a exploração, sob o regime de concessão do Lote 006 do Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Paraná, totalizando 136,7 km constituídos por: (a) Rodovia BR-277, trecho entre a cidade de Curitiba e o Porto de Paranaguá, em uma extensão de 85,7 km; (b) Rodovia PR-508, trecho entre a BR-277 e o município de Matinhos, em uma extensão de 32,0 km; e (c) Rodovia PR-407, trecho entre a BR-277 e a Praia de Leste, em uma extensão de 19,0 km. O objeto da concessão consiste na recuperação, no melhoramento, na manutenção, na operação e na exploração das rodovias, pelo período de 24 anos, mediante a cobrança de tarifas de pedágio e de fontes alternativas de receita que podem advir de atividades relativas à exploração da rodovia e de suas faixas marginais, acessos ou áreas de serviço e lazer, inclusive as decorrentes de publicidade e multas por excesso de peso.

A Ecovia assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- a) Pagamento da verba anual de fiscalização em 12 parcelas mensais durante o período do contrato, sendo do início até o 11º ano, de R\$60 mensais, e do 12º ano até o final do contrato, de R\$66 mensais.
- b) Pagamento da verba para aparelhamento da Polícia Rodoviária. A verba destina-se a aparelhamento e equipamentos de uso da Polícia Rodoviária e será paga até o 11º ano, de R\$10 mensais, e do 12º ano até o final do contrato, de R\$11 mensais.
- c) Restauração, conservação de rotina e manutenção do pavimento dos trechos rodoviários de acesso, conforme a seguir (exceto operação):
  - 2,6 km da Rodovia PR-804, trecho entre a BR-277 e a PR-408.

- 13,2 km da Rodovia PR-408, trecho entre Morretes e a BR-277.
- 9,6 km da Rodovia PR-408, trecho entre a PR-340 e Morretes.
- 13,0 km da Rodovia PR-411, trecho entre a PR-410 (São João da Graciosa) e Morretes.

Os valores anteriormente mencionados são corrigidos na mesma proporção e data do reajuste das tarifas de pedágio. O contrato de concessão possui vigência até 2021.

#### Rodovia das Cataratas S.A - EcoCataratas

A EcoCataratas foi constituída em 3 de novembro de 1997 e tem por objeto social a exploração do Lote 003 da Rodovia BR-277, conforme disposto em contrato de concessão assinado em 14 de novembro de 1997, resultante de concorrência pública internacional nº 003/96 - DER/PR, concedida pelo Estado do Paraná à EcoCataratas, mediante a cobrança de pedágio e a prestação de serviços inerentes, acessórias e complementares à concessão, incluindo, mas sem limitação, as obras e os serviços de recuperação, melhoramento, manutenção, conservação, operação, expansão da capacidade de operação e exploração da rodovia principal e a recuperação, conservação e manutenção de trechos rodoviários de acesso do Lote 003, bem como o desenvolvimento e a aplicação de sistemas de sinalização, informação, comunicação, segurança, serviços de pesagem, atendimento mecânico, resgate e atendimento médico de primeiros socorros.

O prazo de duração da concessão é de 24 anos referente a um trecho de 387,1 km localizado entre o município de Guarapuava, na região central do Estado do Paraná, e o município de Foz do Iguaçu, no extremo oeste do mesmo Estado. O contrato de concessão possui vigência até 2021.

## 10. IMOBILIZADO - CONSOLIDADO

	Média ponderada anual de depreciação - %	Custo acumulado	Depreciação acumulada	31.08.09
Construção e projetos/ampliação principal	4,9	984.004	(425.401)	558.603
Demais melhorias e ampliações	8,7	325.080	(86.951)	238.129
Pavimentações e conservação especial	11,9	556.764	(249.834)	306.930
Sinalização e dispositivos de segurança	11,0	63.159	(19.645)	43.514
Hardware e equipamentos de pedágio	20,0	83.280	(66.269)	17.011
Máquinas e equipamentos	10,4	12.592	(5.914)	6.678
Móveis e utensílios	10,1	3.914	(2.503)	1.411
Terrenos e edificações	3,4	24.666	(9.927)	14.739
Obras em andamento (*)	-	6.508	-	6.508
Outros	11,6	13.644	(4.933)	8.711
		<u>2.073.611</u>	<u>(871.377)</u>	<u>1.202.234</u>

Em 31 de agosto de 2009, o valor total capitalizado na rubrica “Imobilizado” é de R\$474 de encargos financeiros decorrentes de financiamentos obtidos de terceiros.

Consolidado

Em 31 de agosto de 2009, não havia bens do ativo imobilizado vinculados como garantia dos financiamentos ou de processos de qualquer natureza.

O valor do ágio proveniente da mais-valia dos ativos da controlada Ecovias, conforme mencionado na nota explicativa nº 9.(b), está apresentado no imobilizado, nas rubricas “Construção e projetos/ampliação principal” e “Hardware e equipamentos de pedágio”.

Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.

Em 30 de junho de 2008, a Ecovias, optou por estornar os efeitos da reavaliação de ativos.

Em virtude da prorrogação do prazo de concessão por mais 70 meses, o prazo de depreciação da obra principal foi revisado em 21 de dezembro de 2007, com vistas ao novo prazo final da concessão. Esse novo prazo de depreciação não ultrapassa o período de vida útil estimada dos bens.

Em 31 de agosto de 2009, a movimentação do saldo está demonstrada a seguir:

Descrição	Custo			Total em 31.08.09	Depreciação			Saldo líquido
	Saldos em 31.07.09 (*)	Adições	Baixas		Saldos em 31.07.09 (*)	Depreciação	Total em 31.08.09	
Construção e projetos/ampliação principal	984.004	-	-	984.004	(422.311)	(3.090)	(425.401)	558.603
Demais melhorias e ampliações	320.621	4.459	-	325.080	(84.814)	(2.137)	(86.951)	238.129
Pavimentações e conservação especial	550.476	6.288	-	556.764	(244.946)	(4.888)	(249.834)	306.930
Sinalização e dispositivos de segurança	60.698	2.461	-	63.159	(18.992)	(653)	(19.645)	43.514
Hardware e equipamentos de pedágio	83.139	141	-	83.280	(65.898)	(371)	(66.269)	17.011
Máquinas e equipamentos	12.584	8	-	12.592	(5.815)	(99)	(5.914)	6.678
Móveis e utensílios	3.827	91	(4)	3.914	(2.481)	(22)	(2.503)	1.411
Terrenos e edificações	24.646	20	-	24.666	(9.841)	(86)	(9.927)	14.739
Obras em andamento	6.439	69	-	6.508	-	-	-	6.508
Outros	13.570	107	(33)	13.644	(4.816)	(117)	(4.933)	8.711
	<u>2.060.004</u>	<u>13.644</u>	<u>(37)</u>	<u>2.073.611</u>	<u>(859.914)</u>	<u>(11.463)</u>	<u>(871.377)</u>	<u>1.202.234</u>

(\*) Saldos recebidos como parte do aumento de capital, conforme nota explicativa nº 1.





Em 31 de agosto de 2009, a movimentação do saldo está demonstrada a seguir:

<u>Consolidado</u>	<u>Ágio - direito de concessão- EcoCataratas</u>	<u>Direito de outorga da concessão - Ecovias</u>	<u>Softwares adquiridos de terceiros</u>	<u>Outros</u>	<u>Total</u>
<u>Custo</u>					
Contribuição em 31 de julho de 2009 (*)	375.607	44.857	5.001	14	425.479
Adições	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>6</u>	<u>-</u>	<u>6</u>
Saldo em 31 de agosto de 2009	<u>375.607</u>	<u>44.857</u>	<u>5.007</u>	<u>14</u>	<u>425.485</u>
<u>Amortização</u>					
Contribuição em 31 de julho de 2009 (*)	(40.727)	(25.232)	(3.717)	(4)	(69.680)
Amortização	<u>(2.263)</u>	<u>(187)</u>	<u>(36)</u>	<u>-</u>	<u>(2.486)</u>
Saldo em 31 de agosto de 2009	<u>(42.990)</u>	<u>(25.419)</u>	<u>(3.753)</u>	<u>(4)</u>	<u>(72.166)</u>
Saldo líquido	<u>332.617</u>	<u>19.438</u>	<u>1.254</u>	<u>10</u>	<u>353.319</u>

(\*) Saldos recebidos como parte do aumento de capital, conforme nota explicativa nº 1.

## 12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - CONSOLIDADO

### a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando as alíquotas vigentes e têm a seguinte composição:

	<u>31.08.09</u>
Ativo não circulante-	
Sobre diferenças temporais (a)	<u>6.368</u>
Passivo não circulante-	
Sobre diferenças da Lei nº 11.638/07 (b)	<u>5.304</u>

(a) São formados substancialmente por diferenças temporais sobre provisões para contingências.

(b) São formados substancialmente por diferenças temporais sobre ajuste a valor presente sobre credores de concessões.

### b) Imposto de renda e contribuição social no resultado

Foram registrados no resultado do período os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos:

	<u>31.08.09</u>
Variação no:	
Imposto de renda corrente	(6.929)
Imposto de renda diferido	<u>317</u>
	<u>(6.612)</u>

31.08.09

Variação na:

Contribuição social corrente	(2.508)
Contribuição social diferida	<u>78</u>
	<u>(2.430)</u>

## c) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais nominais e da despesa de imposto de renda e contribuição social registrada no resultado está demonstrada a seguir:

31.08.09

Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	19.594
Alíquota	<u>34%</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social pelas alíquotas vigentes	(6.662)
Prejuízos fiscais não contabilizados na Companhia	(2.441)
Outros	<u>61</u>
Despesa do imposto de renda e da contribuição social	<u>(9.042)</u>

## 13. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER - CONSOLIDADO

31.08.09

Impostos sobre faturamento:

ISS - Imposto Sobre Serviços	3.522
Cofins - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	2.109
PIS - Programa de Integração Social	458
IRRF sobre juros sobre o capital próprio	308
Impostos federais	726
Outros impostos	<u>722</u>
	<u>7.845</u>

## 14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

<u>Credores</u>	<u>Moeda</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Taxa média anual de juros</u>	<u>31.08.09</u>	
				<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Banco Itaú S.A. (a)	Nacional	Dezembro/2009	4,5% a.a. + CDI	397.524	397.524
Bradesco (c)	Nacional	Novembro/2009	5,5% a.a. + CDI	-	11.277
Bradesco (c)	Nacional	Maio/2012	107,7% do CDI	-	16.832
Unibanco (b)	Nacional	Março/2010	6% a.a. + TJLP	-	245
Bradesco (c)	Nacional	Novembro/2009	CDI + 3,70% a.a.	-	10.212
Itaú BBA (c)	Nacional	Novembro/2009	137% do CDI	-	<u>44.771</u>
				<u>397.524</u>	<u>480.861</u>
Circulante				<u>397.524</u>	<u>469.861</u>
Não circulante				<u>-</u>	<u>11.000</u>

- (a) Em 26 de agosto de 2009, a Companhia captou R\$397.879 mediante a emissão pública de notas promissórias comerciais, com prazo de vencimento de até 180 dias. A emissão, realizada em série única, através de 180 notas promissórias, no valor unitário de R\$2.210, teve seu registro aprovado pela CVM/SER/RNP/2009/031.

Como garantia a essa operação de emissão pública de notas promissórias comerciais foram oferecidos os dividendos das controladas EcoCataratas, Ecovia e da ligada Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul. Não há cláusulas ou ônus que gravem as ações de suas controladas Ecovias, Ecovia e EcoCataratas.

Em 31 de agosto de 2009, a Companhia possui registradas comissões sobre essas notas promissórias comerciais de R\$956, as quais serão amortizadas pelo prazo de vencimento de até 180 dias.

O contrato requer a manutenção dos índices financeiros “covenants”, que correspondem à relação da dívida líquida consolidada e “Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization” - EBITDA dos últimos 12 meses, a ser apurado trimestralmente com base nas demonstrações financeiras da avalista e controladora direta Primav. Os índices financeiros exigidos foram atendidos em 31 de agosto de 2009.

- (b) Refere-se à compra de equipamentos operacionais para os quais não há “covenants”.
- (c) Os empréstimos são destinados para capital de giro, para os quais não há “covenants”.

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano:

	<u>31.08.09</u>
2011	5.500
2012	<u>5.500</u>
	<u>11.000</u>

## 15. DEBÊNTURES - CONSOLIDADO

A posição das debêntures está resumida a seguir:

	<u>31.08.09</u>
Principal corrigido	504.154
Remuneração (juros)	24.160
Custos com emissão de debêntures	<u>(5.758)</u>
	<u>522.556</u>
Circulante	<u>76.836</u>
Não circulante	<u>445.720</u>

A controlada Ecovias concluiu, em 21 de dezembro de 2006, a emissão de R\$450.000 em debêntures em três séries, sendo a primeira no montante nominal de R\$135.000, com prazo de vencimento de 84 meses e vencimento final em 1º de novembro de 2013, e a segunda e terceira séries no montante de R\$157.500 cada uma, com prazo de vencimento de 90 e 96 meses, e vencimentos finais em 1º de maio e 1º de novembro de 2014, respectivamente.

A primeira série, ofertada ao mercado local, tem remuneração vinculada a 104% do CDI paga semestralmente e foi precificada utilizando conceitos inseridos na Instrução CVM nº 404/04.

A segunda e terceira séries, também ofertadas ao mercado local, têm remuneração vinculada à variação do IGP-M e cupom de 9,5% ao ano, pagas anualmente com diferença de seis meses entre as duas séries.

Essa operação teve classificação de risco AA- da Standard & Poors.

<u>Forma e conversibilidade</u>	<u>Nominativa escritural, simples, não conversível em ações</u>
Quantidade emitida	45.000 (em três séries)
Valor nominal unitário na data da emissão	R\$10,00
Valor nominal unitário atualizado em 31 de agosto de 2009	1ª série - não atualizável 2ª série - R\$11,72 3ª série - R\$11,72
Fator de atualização do valor nominal unitário	1ª série - não atualizável 2ª e 3ª séries - IGP-M
Remuneração (juros e correção)	1ª série - 104% do CDI 2ª e 3ª séries - 9,5% ao ano (252 dias) sobre o valor nominal unitário atualizado
Vencimento da remuneração (juros e correção)	1ª série: parcelas semestrais (01/05/07 a 01/11/13) 2ª série: parcelas anuais (01/05/08 a 01/05/14) 3ª série: parcelas anuais (01/11/07 a 01/11/14)
Vencimento da amortização	1ª série: parcelas semestrais (01/05/10 a 01/11/13) 2ª série: parcelas anuais (01/05/10 a 01/05/14) 3ª série: parcelas anuais (01/11/10 a 01/11/14)
Reserva para pagamento da amortização e da remuneração (juros e correção)	Retenção em conta de depósito (aplicação) vinculado de 50% dos valores creditados em conta corrente a partir do 6º dia de cada mês até atingir o montante equivalente à parcela do valor estimado devido no mês em vigor
Instituição depositária das debêntures	Banco Bradesco S.A.
Local de pagamento	CETIP e CBLC
Instituição responsável pela conta de reserva	Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A.
Agente fiduciário	Oliveira Trust DTVM S.A.

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano:

	31.08.09		
	<u>Parcela</u>	<u>Custo</u>	<u>Total</u>
2010 (quatro meses)	53.791	(555)	53.236
2011	107.581	(1.109)	106.472
2012	107.581	(1.109)	106.472
2013	107.581	(1.109)	106.472
2014	<u>73.830</u>	<u>(762)</u>	<u>73.068</u>
	<u>450.364</u>	<u>(4.644)</u>	<u>445.720</u>

O contrato requer a manutenção dos índices financeiros menor que 2,2 pontos correspondentes à relação da dívida líquida com o Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização - LAJIDA e índices financeiros maior que 1,3 ponto em relação ao LAJIDA com o serviço da dívida (correspondente aos juros e principal pagos no período), tendo como base as demonstrações financeiras. A manutenção dos referidos índices é verificada trimestralmente considerando os últimos 12 meses. Em 31 de agosto de 2009, a Administração entende que os índices financeiros exigidos foram atendidos.

## 16. TRANSAÇÕES COM EMPRESAS LIGADAS - CONSOLIDADO

A Companhia e suas controladas contratam serviços de seus acionistas ou de empresas a eles ligadas, diretamente ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário e serviços de consultorias. As transações do período e os saldos correspondentes são demonstrados a seguir.

As operações com empresas relacionadas estão apresentados a seguir:

		<u>Balço patrimonial</u>		<u>Resultado</u>	
		Ativo não <u>circulante</u>	Passivos circulante e não circulante	Custos dos Serviços	Despesas
<u>Consolidado</u>	<u>Natureza</u>	<u>Imobilizado</u>	Contas a <u>pagar</u>	<u>prestados</u>	<u>gerais</u>
Consórcio Serra do Mar (a)	Ligada	1.382	862	-	-
ECSC Centro de Serviços Corporativos Ltda. (b)	Controlada	-	3.497	-	3.752
ECSE Centro de Serviços de Engenharia Ltda. (b)	Controlada	-	3.091	3.993	-
Primav EcoRodovias S.A.	Controladora	-	21	-	-
Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas	Ligada	-	<u>62</u>	-	-
Total em 31 de agosto de 2009		<u>1.382</u>	<u>7.533</u>	<u>3.993</u>	<u>3.752</u>

- (a) O Consórcio Serra do Mar é formado pelos controladores e empresas ligadas à Companhia: C.R. Almeida Engenharia de Obras S.A., Impregilo SPA Sucursal Brasil e Cigla Construtor Impregilo Associados S.A., os quais prestam serviços de construções e manutenções nas rodovias.

Em 31 de agosto de 2009, a controlada Ecovias havia celebrado contratos de prestação de serviços de construção civil com o Consórcio Serra do Mar, formado pelas empresas CR Almeida S.A. Engenharia de Obras, Impregilo SPA Sucursal Brasil e Cigla - Construtora Impregilo e Associados S.A., conforme abaixo:

*Contrato de prestação de serviços de construção civil DS 1069/09 e aditivo*

O contrato e aditivo têm por objeto a prestação de serviços de construção civil consubstanciado na construção de faixas operacionais e de baias de emergência entre os kms 275 e 291 da Rodovia Padre Manoel da Nóbrega (SP-055). Este contrato foi celebrado em 6 de fevereiro de 2009 e vigorará até 31 de dezembro de 2009. Os serviços supracitados deverão ser integralmente executados e concluídos entre 2 de março de 2009 e 30 de novembro de 2009. O preço global firmado entre a Ecovias dos Imigrantes e o Consórcio Serra do Mar pela integral execução dos serviços é de R\$5.700, conforme o Primeiro Termo de Aditamento DS 1069/09.

*Contrato de prestação de serviços de construção civil DS 731/07 e aditivos*

O contrato e aditivos têm por objeto a prestação de serviços de construção civil consubstanciado na construção de dispositivos de Travessia da 3ª faixa da Rodovia Padre Manoel da Nóbrega situados nos kms 281 e 285, com o fornecimento, inclusive de material, equipamentos e mão-de-obra necessários para a execução dos serviços supracitados. Este contrato foi celebrado 10 de dezembro de 2007 e vigorará por 20 meses. O preço global firmado entre a Ecovias dos Imigrantes e o Consórcio Serra do Mar, pela integral execução dos serviços, é de R\$48,5 milhões. O valor pago mensalmente pela Ecovias dos Imigrantes ao Consórcio Serra do Mar, até o limite do Preço, será apurado mediante a realização de medições mensais. A Ecovias dos Imigrantes pagou ao Consórcio Serra do Mar, um adiantamento, a título de mobilização, no valor de R\$2.400.

De acordo com o primeiro aditivo de prestação de serviços de construção civil DS 731/07, a Ecovias dos Imigrantes e o Consórcio Serra do Mar decidiram incluir no escopo do contrato a construção de viadutos na Rodovia Cônego Domenico Rangoni, inclusive melhorias no sistema viário existente. O prazo para execução das obras deste aditivo é de 13 meses, contados da data de celebração deste aditivo, da data de 12 de dezembro de 2007. O preço global firmado entre a Ecovias dos Imigrantes e o Consórcio Serra do Mar, pela integral execução dos serviços, é de R\$41.000.

Em conformidade com o segundo aditivo de prestação de serviços de construção civil DS 731/07, da data de 25 de fevereiro de 2008, firmado pela Ecovias dos Imigrantes e o Consórcio Serra do Mar, as partes decidiram incluir no escopo do contrato a pavimentação nas rodovias que compõem o Sistema Anchieta - Imigrantes, no período de janeiro de 2008 e dezembro de 2010, inclusive melhorias no sistema viário existente. O prazo para execução das obras deste aditivo é de 36 meses, contados da data de celebração deste aditivo. O preço global firmado entre a Ecovias dos Imigrantes e o Consórcio Serra do Mar, pela integral execução dos serviços é de R\$47.100.

Por meio do terceiro aditivo de prestação de serviços de construção civil DS 731/07, da data de 19 de março de 2008, firmado pela Ecovias dos Imigrantes e o Consórcio Serra do Mar, as partes decidiram incluir no escopo do contrato a implantação de 2 (duas) pistas automáticas (AVI) na praça de pedágio do km 32 da Rodovia dos Imigrantes. O prazo para execução das obras deste aditivo é de 100 dias corridos, contados da data de celebração deste Aditivo. O preço global firmado entre a Ecovias dos Imigrantes e o Consórcio Serra do Mar, pela integral execução dos serviços é de R\$2.300.

Segundo o quarto aditivo de prestação de serviços de construção civil DS 731/07, da data de 5 de dezembro de 2008, firmado pela Ecovias dos Imigrantes e o Consórcio Serra do Mar, as partes decidiram incluir no escopo do contrato a execução de coluna Jet Grouting na obra do km 281 da Rodovia Padre Manoel da Nóbrega. O preço global firmado entre a Ecovias dos Imigrantes e o Consórcio Serra do Mar, pela integral execução dos serviços é de R\$1.900.

- (b) Empresas controladas pela Primav EcoRodovias S.A., as quais prestam serviços de engenharia e serviços administrativos compartilhados, o valor anual dos contratos de prestação de serviços estabelecidos com essas partes relacionadas é de R\$95.950 e os contratos possuem vigência de 12 meses e vigoram de janeiro a dezembro de cada ano. Conforme mencionado na nota explicativa nº 31, essas empresas foram incorporadas pela Companhia em setembro de 2009.

Em 31 de agosto de 2009, a Companhia não tinha concedido aval para nenhuma parte relacionada.

## 17. CREDOR PELA CONCESSÃO - CONSOLIDADO

	<u>31.08.09</u>
Parcelas fixas	72.716
Parcelas variáveis	<u>1.458</u>
	<u>74.174</u>
Circulante	<u>13.186</u>
Não circulante	<u>60.988</u>

O contrato de concessão rodoviária da controlada Ecovias, firmado em 27 de maio de 1998, subdivide-se em 240 parcelas fixas, mensais e consecutivas, com vencimentos a partir do mês de início de arrecadação, reajustáveis anualmente pela variação do IGP-M da Fundação Getúlio Vargas.

Em 31 de agosto de 2009, as parcelas liquidadas correspondem a 55,79% do saldo contratual.

Em conformidade com o Pronunciamento CPC 12 - Ajuste a Valor Presente e a Deliberação CVM nº 564/08, foi introduzido o conceito de ajuste a valor presente para as obrigações do credor pela concessão, considerando uma taxa de desconto de 9,5% ao ano, similar à taxa de juros atribuída às operações da 2ª e 3ª séries das debêntures, também atualizadas monetariamente pelo IGP-M, captadas pela Ecovias, para a liquidação de suas dívidas atreladas à concessão. O valor do desconto em 31 de agosto de 2009 totalizou R\$28.262, sendo que foi revertido ao resultado do período de oito meses findo em 31 de agosto de 2009 o valor de R\$1.453, registrado na rubrica “resultado financeiro”.

A parcela variável é calculada mensalmente com base em 3% da receita de arrecadação na controlada Ecovias.

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano:

	<u>31.08.09</u>
2010 (quatro meses)	3.468
2011	10.104
2012	9.228
2013	8.427
2014	7.696
Posteriores a 2014	<u>22.065</u>
	<u>60.988</u>

## 18. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS - CONSOLIDADO

Os diversos processos em andamento são de natureza trabalhista, cível e tributária, decorrentes do curso normal dos negócios da Companhia e de suas controladas. As respectivas provisões para contingências foram constituídas para os processos cujas possibilidades de perda foram avaliadas como prováveis com base na opinião de seus advogados e consultores jurídicos.

Os saldos das provisões para contingências são os seguintes:

<u>Natureza</u>	<u>Saldo em</u> <u>31.07.09 (*)</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Saldo em</u> <u>31.08.09</u>
Cível (a)	11.284	-	-	11.284
Tributária (b)	3.365	-	(147)	3.218
Trabalhista (c)	<u>5.992</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>5.992</u>
	20.641	-	(147)	20.494
Depósitos judiciais (d)	<u>(2.583)</u>	<u>(43)</u>	<u>-</u>	<u>(2.626)</u>
	<u>18.058</u>	<u>(43)</u>	<u>(147)</u>	<u>17.868</u>

(\*) Valores advindos do aumento de capital conforme nota explicativa nº 1.

(a) Processos cíveis

Correspondem principalmente a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos, oriundos de acidentes ocorridos nas rodovias. A Companhia e suas controladas possuem outras contingências de natureza cível que totalizam, em 31 de agosto de 2009, R\$6.299, avaliadas como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão. Em 31 de agosto de 2009, a Companhia e suas controladas figuravam como parte em 25 processos administrativos e 573 processos judiciais que versam sobre matéria cível, os principais processos estão detalhados a seguir:

*Principais processos com probabilidade de perda considerada provável*

*Ecovia Caminho do Mar*

Ação civil pública nº 2007.34.00.011706-8 movida pela Defensoria Pública da União em face a todas as concessionárias de pedágio do país, pleiteando isenção de pagamento para veículos licenciados há mais de 15 anos (exceto caminhões, ônibus e carros de colecionador). Em 7 de agosto de 2007, a liminar foi indeferida e atualmente, o processo está em fase de citação. De acordo com os advogados responsáveis pela causa, a estimativa de perda é provável, embora não seja possível neste momento calcular os valores envolvidos, por ser o número de possíveis beneficiados com a referida decisão indeterminado, uma vez que a quantidade de veículos licenciados há mais de 15 anos modifica-se ano a ano durante o tramitar do processo, enquanto não se profere decisão judicial favorável à tese da Defensoria Pública da União. Em eventual perda de arrecadação advinda da procedência desta demanda ensejará procedimento de reequilíbrio econômico-financeiro, conforme previsão expressa do contrato.



### *Ecovias dos Imigrantes*

Ação em execução na qual a Novadata Sistemas e Computadores S.A.; conforme processo n.º 564.01.2007.040231-8 perante a 5ª Vara Cível da Comarca de São Bernardo do Campo - SP pleiteia o recebimento de R\$1.400 referente aos aluguéis de sistema de pesagem dos meses de agosto de 2004 a janeiro de 2005. Os embargos à execução processados com efeito suspensivo foram julgados parcialmente procedentes. Em 11 de junho de 2008, foi interposto recurso de apelação pela Concessionária, recebido inicialmente apenas no efeito devolutivo, posteriormente no duplo efeito. De acordo com os advogados dos advogados responsáveis pela causa, a estimativa de perda é provável no valor de R\$1.400. O valor foi provisionado em 31 de agosto de 2009.

### *Principais processos com probabilidade de perda considerada possível*

#### *Ecovia Caminho do Mar*

O Departamento de Estradas e Rodagens do Estado do Paraná (“DER-PR”), União Federal, Estado do Paraná e o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (“DNIT”), mediante ação civil pública n.º 2006.70.00.028400-6, pleiteiam a compensação de resultados obtidos a maior devido à redução das tarifas de pedágio entre os anos de 1998 a 2005, no valor de aproximadamente R\$58.000. Em julho de 2009 foi proferida sentença julgando o processo extinto sem julgamento do mérito por falta de interesse de agir dos autores, tendo em vista que o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato pode ser satisfeito por via administrativa. O Estado do Paraná e o DER interpuseram recurso de apelação, que aguarda remessa ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região para julgamento. De acordo com os advogados dos advogados responsáveis pela causa, a estimativa de perda é possível, embora não seja possível neste momento calcular os eventuais valores a serem compensados, uma vez que tal resultado depende de perícia técnica judicial, fase que não foi ainda alcançada pelo processo.

O Ministério Público Federal promove ação civil pública n.º 2007.70.00.027159-4, perante a 7ª Vara Federal da Seção Judiciária de Curitiba-PR, objetivando a abstenção de cobrança de pedágio dos moradores dos bairros de Lavrinha e Olaria, localizados após o local onde foi construída a praça de pedágio no município de São José dos Pinhais-PR. Inicialmente, a liminar foi parcialmente deferida, mas posteriormente declarada inexecutável. De acordo com os advogados dos advogados responsáveis pela causa, a estimativa de perda é possível, embora não seja possível neste momento calcular os eventuais valores envolvidos, por ser o número de possíveis beneficiados com a referida decisão indeterminado, uma vez que a quantidade de moradores dos bairros objeto da demanda modifica-se periodicamente durante o tramitar do processo, enquanto não se profere decisão judicial favorável à tese do Ministério Público Federal. Em eventual perda de arrecadação advinda da procedência desta demanda ensejará procedimento de reequilíbrio econômico-financeiro, conforme previsão expressa do contrato.

*Ecovia Caminho do Mar e Ecocataratas*

O DER-PR promove em face da Ecovia Caminho do Mar, Ecocataratas e outros ação ordinária em trâmite perante a 2ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Curitiba-PR visando à anulação dos termos aditivos aos contratos de concessão e requerendo a aplicação das propostas originais. Não houve a concessão de medida liminar. O processo está em fase de instrução. De acordo com os advogados responsáveis pela causa, estimativa de perda é possível, embora não seja possível neste momento calcular os eventuais valores envolvidos no caso de anulação, uma vez que tal resultado depende de perícia técnica judicial, fase que não foi ainda alcançada pelo processo.

*Ecocataratas*

Tramita perante a 7ª Vara Federal da Seção Judiciária de Curitiba - PR ação popular, sob o n.º 2000.70.00.007377-7, ação movida por Ademir Antonio Osmar Bier e outros em face da Ecocataratas, Ecovia e outros, objetivando a declaração de nulidade de concorrência pública e contratos de concessão celebrados. A sentença julgou totalmente improcedente os pedidos formulados e, em 8 de julho de 2008 o Tribunal Regional Federal da 4ª Região a manteve integralmente. Recurso especial que foi negado. Aguarda-se julgamento do recurso extraordinário RE n.º 597.947. De acordo com os advogados dos advogados responsáveis pela causa, a estimativa de perda é possível, embora não seja possível neste momento os eventuais calcular valores envolvidos, uma vez que o objeto da ação é declarar nulos todos os contratos de concessão, cujos valores de ressarcimento às concessionárias, em caso de procedência da demanda, dependerão da realização de perícia técnica judicial, fase que não foi ainda alcançada pelo processo.

Tramita perante a Vara Federal da Seção Judiciária de Guarapuava-PR ação popular, sob o n.º 2006.70.06.000096-3, proposta por Janaína Uliana em face de Ecocataratas e outros objetivando a declaração de caducidade do contrato de concessão 073/97. Em 17 de maio de 2006 foi indeferida a liminar. Aguarda-se a prolação de sentença. De acordo com os advogados dos advogados responsáveis pela causa, a estimativa de perda é possível, embora não seja possível neste momento calcular os eventuais valores envolvidos, uma vez que o objeto da ação é declarar a caducidade dos contratos de concessão, cujos valores de ressarcimento às concessionárias, em caso de procedência da demanda, dependerão da realização de perícia técnica judicial, fase que não foi ainda alcançada pelo processo.

### *Ecovias dos Imigrantes*

Ação em mandado de segurança na qual a SETRANS - Sindicato das Empresas de Transporte de Carga do ABC impetrou mandado de segurança n.º 2006.103446-9, com o objetivo de impedir a Ecovias dos Imigrantes de cobrar dos veículos dos associados da SETRANS o acréscimo de 45,45% no preço do pedágio decorrente da construção de nova pista na Rodovia dos Imigrantes. O pedido liminar foi indeferido, porém em 5 de julho de 2006 foi proferida sentença concedendo a segurança pleiteada. O Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, em 28 de julho de 2008, negou provimento à apelação da Ecovias sob o n.º 688.711-5. Esta decisão não produz efeitos em razão de suspensão de segurança concedida pelo Superior Tribunal de Justiça (processo n.º 1696/SP). A Ecovias dos Imigrantes interpôs em 5 de fevereiro de 2009 o recurso especial e extraordinário, que aguarda o juízo de admissibilidade. De acordo com os advogados dos advogados responsáveis pela causa, a estimativa de perda é possível, embora não seja possível neste momento calcular os eventuais valores envolvidos, uma vez que a quantidade de associados do Sindicato autor modifica-se periodicamente durante o tramitar do processo, enquanto não se profere decisão judicial favorável à tese do SETRANS.

#### (b) Processos tributários

Correspondem, principalmente, a procedimento administrativo de denúncia espontânea à Delegacia da Receita Federal sobre a legalidade da cobrança da multa de 20% sobre CSLL, IRPJ, PIS e Cofins.

O saldo provisionado corresponde, principalmente, à discussão judicial na controlada Ecovias, decorrente de uma execução fiscal ajuizada relativa à exigibilidade de débitos de IRPJ, CSLL, Cofins e PIS, do ano-calendário 1999, oriundos do julgamento desfavorável de Mandado de Segurança impetrado pela controlada e que visou ao recolhimento de referidos tributos sem o pagamento de multa moratória, em decorrência de uma denúncia espontânea. Após ter sido citada, a controlada apresentou ao Juízo pedido de garantia do débito por meio de Apólice de Seguro Garantia Judicial, como condição para a oposição de embargos à execução, o que foi aceito pelo Procurador da Fazenda Nacional. Em 21 de julho de 2009 foram apresentados os embargos à execução fiscal.

A Ecovias dos Imigrantes discute, também em um processo administrativo decorrente de um auto de infração, a exigibilidade de multas moratória e punitiva relativas a débitos de COFINS, oriundos do julgamento desfavorável de Mandado de Segurança impetrado pela Concessionária e que visou o recolhimento de referido tributo sem o pagamento de multa moratória, em decorrência de uma denúncia espontânea. O valor envolvido nessa contingência era, em 31 de agosto de 2009, de aproximadamente R\$1.200, para o qual não foi constituída provisão contábil, tendo em vista o entendimento dos advogados externos responsáveis pela condução do processo de que as chances de perda para este caso são possíveis.

Em 31 de agosto de 2009, existem também outros processos de natureza tributária, que totalizam R\$14.671, os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão.

*Principais processos com probabilidade de perda considerada possível*

*Ecovias dos Imigrantes*

O principal processo refere-se a processo administrativo fiscal na controlada Ecovias decorrente de auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil em São Bernardo do Campo - SP, por ter a fiscalização desconsiderado o regime de caixa no reconhecimento das receitas de variação cambial e, por consequência, exigido os valores devidos a título de IRPJ e de CSLL. A defesa administrativa apresentada ainda não foi apreciada, estando pendente uma decisão de primeira instância administrativa. O valor envolvido nessa contingência é de aproximadamente R\$79.000, para o qual não foi constituída provisão contábil, tendo em vista o entendimento dos consultores legais responsáveis pela condução do processo de que as chances de perda para esse caso são remotas com relação à discussão do principal do tributo e à multa de 75% e possíveis com relação à imputação de juros proporcionais.

*Ecovia Caminho do Mar*

A Ecovia Caminho do Mar é parte em um processo administrativo fiscal, decorrente da discussão quanto ao indeferimento de pedidos de compensação de débitos de estimativa de IRPJ e CSLL relativos aos meses de janeiro a abril de 2003, com saldo negativo de IRPJ e CSLL do ano-calendário de 2002. O valor original envolvido nessa contingência era, em 31 de agosto de 2009, de aproximadamente R\$1.300. Contudo, em 18.9.2009, a Concessionária foi intimada de decisão que aceitou parcialmente as compensações realizadas e reduziu substancialmente o débito. Diante disso, o valor da contingência, em 31 de agosto de 2009, era de aproximadamente R\$45,1 para o qual não foi constituída provisão contábil, tendo em vista o entendimento dos advogados externos responsáveis pela condução do processo de que as chances de perda para este caso são possíveis.

(c) Processos trabalhistas

Correspondem, principalmente, a pleitos de indenização por acidentes do trabalho e reclamações de horas extras, não existindo processos de valor individual relevante. Em 31 de agosto de 2009, existem também outros processos de mesma natureza que totalizam R\$5.908, os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão. Em 31 de agosto de 2009, no total, a Companhia e suas controladas figuravam como parte em 339 processos judiciais que versam sobre matéria trabalhista.

A controlada EcoCataratas possui uma ação reclamatória trabalhista, movida por Newton Rodrigues de Albuquerque Filho contra a Qualix Serviços Ambientais S.A., sendo a controlada polo passivo da ação, uma vez que, à época dos fatos, era empresa do Grupo Sideco. A ação foi julgada procedente em primeira instância contra as reclamadas, e o valor da condenação atualizado é de aproximadamente R\$5.000. Atualmente, a ação encontra-se pendente de julgamento de recurso, em segunda instância. Entretanto, por força do Contrato de Compra e Venda celebrado entre Sideco e Primav, há o dever de indenização por parte dos antigos acionistas, cuja execução se estingue à cláusula arbitral do contrato de compra e venda. Sendo assim, caso tal contingência se materialize, haverá o dever de ressarcimento por parte da Sideco. Os consultores jurídicos e a Administração avaliam a causa como perda possível, razão pela qual não foi constituída provisão.

(d) Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia através de suas controladas, correspondem a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionadas.

O resultado desfavorável em seus processos, individualmente ou no agregado, não terá efeito adverso relevante nas condições financeiras ou nos negócios da Companhia, através de suas controladas.

## 19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de agosto de 2009, o capital social subscrito de R\$435.669 está representado por 435.668.921 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 1º de abril de 2009, foi aprovado o aumento de capital de R\$1.500, mediante a emissão de 1.500.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 26 de agosto de 2009, foi aprovado o aumento de capital de R\$1.501 para R\$7.770, mediante a emissão de 6.268.904 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$1,00 (um real) por ação, as quais foram subscritas e integralizadas pela acionista Primav, mediante a conferência em ações ordinárias nominativas de emissão da EcoCataratas e da Ecovia detidas pela Primav, com tudo o que estas representam, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, e por notas promissórias a pagar de R\$393.895, conforme detalhado na nota explicativa nº 14.(a), no valor contábil total de R\$6.269.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 30 de agosto, foi aprovado o aumento de capital de R\$7.770 para R\$435.669, mediante a emissão de 427.899.017 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$1,00 (um real) por ação, as quais foram subscritas e integralizadas pela acionista Primav, mediante a conferência em ações ordinárias nominativas de emissão da Ecovias detidas pela Primav, com tudo o que estas representam, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, no valor contábil total de R\$427.899.

b) Capital autorizado

Conforme o Estatuto Social da Companhia, esta fica autorizada a aumentar seu capital social para até R\$1.000.000 (um bilhão de reais), mediante deliberação do Conselho de Administração, observadas as condições legais para a emissão e o exercício do direito de preferência.

A Companhia poderá emitir ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, sem direito de preferência para os antigos acionistas, desde que destinados os valores mobiliários: (i) à venda em bolsa de valores ou subscrição pública; (ii) à permuta por ações, em oferta pública de aquisição de controle; ou (iii) nos termos de lei especial de incentivos fiscais. É vedada à Companhia a emissão de partes beneficiárias.

c) Reserva de lucros - legal

Constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício ajustado, limitada a 20% do capital social.

d) Dividendos

Aos acionistas é garantido o pagamento de dividendos de, no mínimo, 25% do lucro líquido do exercício ajustado nos termos do artigo 202 da lei nº 46.404/76.

e) Lucros acumulados

O lucro do período será destinado pela Administração no encerramento do exercício.

## 20. IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS - ISS

### Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.

Em 1999, os serviços de exploração de rodovias foram incluídos na lista de serviços tributados pelo ISS. A Ecovias iniciou negociações com o Poder Concedente para obter reequilíbrio financeiro do contrato, visto que não foi considerada a incidência desse imposto na tarifa de pedágio. Em 2001, a Ecovias iniciou o recolhimento do ISS para as prefeituras dos municípios abrangidos pelo Sistema Anchieta-Imigrantes, conforme regulamentação por parte destas (exceto para a Prefeitura do Município de São Paulo, a qual não regulamentou o imposto naquele ano).

Uma vez que esse tributo não foi previsto na proposta da concessão, a Ecovias, por meio dos preceitos de reequilíbrio econômico e financeiro do contrato, e conforme aprovação do Poder Concedente compensou o valor de R\$163.122 pago às prefeituras com os valores referentes ao ônus da concessão, sendo a parcela referente ao período de oito meses findo em 31 de agosto de 2009 de R\$2.372.

## 21. RECEITA BRUTA DE SERVIÇOS - CONSOLIDADO

	<u>31.08.09</u>
Receita de arrecadação:	
Pedágio em numerário	35.494
Pedágio por equipamento eletrônico	24.952
Vale-pedágio	5.875
Pedágio em cupons	236
Outras	<u>237</u>
	66.794
Receitas acessórias (*)	<u>3.001</u>
Receita bruta	<u>69.795</u>

(\*) Referem-se a arrendamento de área por fibra óptica, uso de faixa e domínio, venda de publicidade, implantação e concessão de acessos e outros.

## 22. CUSTOS E DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

## a) Controladora

	<u>31.08.09</u>
	Despesas gerais e <u>administrativas</u>
Pessoal	1
Serviços de terceiros (*)	<u>90</u>
	<u>91</u>

(\*) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de consultoria e assessoria jurídica, entre outros.

## b) Consolidado

	<u>31.08.09</u>		
	<u>Custos dos</u> serviços <u>prestados</u>	<u>Despesas</u> gerais e <u>administrativas</u>	<u>Total</u>
Depreciações e amortizações	12.253	52	12.305
Serviços de terceiros (*)	4.695	5.174	9.869
Pessoal	2.101	1.630	3.731
Conservação e manutenção	3.322	71	3.393
Outras	1.607	627	2.234
Poder Concedente	1.868	-	1.868
Seguros	<u>551</u>	<u>30</u>	<u>581</u>
	<u>26.397</u>	<u>7.584</u>	<u>33.981</u>

(\*) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulâncias, resgates e remoções, serviços de consultoria e serviços de limpeza.

## 23. RESULTADO FINANCEIRO

	31.08.09	
	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Receitas financeiras:		
Receita de aplicações financeiras	9	288
Variação monetária sobre debêntures	-	<u>1.348</u>
	<u>9</u>	<u>1.636</u>
Despesas financeiras:		
Juros sobre debêntures	-	(3.874)
Juros sobre financiamentos	(4.182)	(4.974)
Variação monetária sobre direito de outorga	-	(1.087)
Amortização de custos com emissão de debêntures	-	(92)
Encargos financeiros capitalizados	-	62
Outras	<u>(8)</u>	<u>(1.967)</u>
	<u>(4.190)</u>	<u>(11.932)</u>
Resultado financeiro	<u>(4.181)</u>	<u>(10.296)</u>

## 24. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro) da Companhia e de suas controladas.

Até 31 de agosto de 2009, foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (ordenados, salários e contribuições para a seguridade social, participação nos lucros, assistência médica, habitação, bens ou serviços gratuitos ou subsidiados) de R\$179.

Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço ou outras licenças, jubileu ou outros benefícios por anos de serviço, benefícios de invalidez de longo prazo); (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho; nem (d) remuneração baseada em ações.

## 25. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS - CONSOLIDADO

Em atendimento à Deliberação CVM nº 566, de 17 de dezembro de 2008, que aprovou o Pronunciamento CPC 14 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação, e à Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, a Companhia efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros.



A Companhia e suas controladas participam em operações envolvendo os instrumentos financeiros que se destinam a atender às necessidades próprias. No entanto, em 31 de agosto de 2009, não possui operações destinadas a reduzir a exposição a riscos de mercado e taxa de juros. A Companhia e suas controladas avaliaram seus ativos e passivos em relação aos valores de mercado e/ou realização, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação estabelecidas pela Administração. Entretanto, tanto a interpretação dos dados de mercado quanto a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e razoáveis estimativas para se produzir o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para estimativas não deveria ter um efeito material nos valores de realização estimados.

### Considerações gerais

- Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários: são formadas por CDBs, remunerados a taxas que variam entre 100% e 106% do CDI e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços. A Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais os contratos podem ser celebrados, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores absolutos a serem aplicados em cada uma delas.
- Os empréstimos, financiamentos e debêntures são registrados com base nos juros contratuais de cada operação, conforme demonstrado nas notas explicativas nº 14 e nº 15.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros da Companhia e de suas controladas em 31 de agosto de 2009 aproximam-se ao valor de mercado:

Os seguintes principais riscos são decorrentes das operações da Companhia e de suas controladas:

#### a) Exposição a riscos de taxas de juros

A Companhia e suas controladas estão expostas a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações do IGP-M, do CDI e da TJLP, empréstimos e financiamentos e debêntures contraídos em reais. As taxas de juros nas aplicações financeiras são na maioria vinculadas à variação do CDI.

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI e IGP-M, principais indexadores das debêntures contratados pela Companhia e suas controladas:

<u>Operação</u>	<u>Risco</u>	<u>Juros a incorrer</u>		
		<u>Cenário I provável</u>	<u>Cenário II 25%</u>	<u>Cenário III 50%</u>
Juros sobre 1ª série das debêntures	Alta do CDI	74.170	96.192	105.348
Juros sobre a 2ª e 3ª séries das debêntures	Alta do IGP-M	169.175	194.187	195.516
Empréstimos e financiamentos	Alta do CDI	19.385	22.795	26.148
Empréstimos e financiamentos	Alta da TJLP	8	9	10

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08, a Companhia e suas controladas estão apresentando o cenário provável definido com base na expectativa da Administração e mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado, apresentados, de acordo com a regulamentação, como cenário II e cenário III, respectivamente.

As taxas consideradas foram:

<u>Indicadores</u>	<u>Cenário I provável</u>	<u>Cenário II 25%</u>	<u>Cenário III 50%</u>
CDI (a)	8,62%	10,78%	12,93%
IGP-M (b)	2,70%	3,38%	4,05%
TJLP (c)	6,00%	7,50%	9,00%

(a) Refere-se à taxa do CDI em 31 de agosto de 2009.

(b) Refere-se à variação do IGP-M acumulada projetada para os próximos 12 meses de acordo com a fonte da Consultoria Tendência.

(c) Refere-se à taxa do TJLP em 31 de agosto de 2009.

A Administração desses instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégia operacional, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. O procedimento interno consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes de mercado. As operações desses instrumentos são realizadas pela área de operações financeiras da Companhia, através de suas controladas, por meio de controles e estratégia de operação previamente aprovada pela Diretoria.

A Companhia e suas controladas vêm aplicando recursos em instituições financeiras de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros de caráter especulativo nem em nenhum outro ativo de risco.

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos em 31 de agosto de 2009.

## 26. PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

A Companhia e suas controladas possuem o Plano de Previdência Privada, na modalidade de contribuição definida, cujos custos são perfeitamente previsíveis e passíveis de controle e administração, para o qual as companhias e o colaborador contribuem na mesma paridade de valores para os salários superiores a R\$2,6, até o limite de 8% do salário nominal, e, para salários abaixo desse valor, as companhias contribuem com 1% do salário nominal do colaborador. Em 31 de agosto de 2009, a Companhia e suas controladas contribuíram com a quantia de R\$24.

## 27. SEGUROS CONTRATADOS

As controladas têm cobertura de seguros, em virtude dos riscos existentes em sua operação, para incêndio, raio, explosão, danos elétricos, despesas extraordinárias, riscos de engenharia e seguros obrigatórios devido ao cumprimento de cláusula específica do contrato de concessão, como segue:

<u>Controlada</u>	<u>Modalidade</u>	<u>Vigência</u>	<u>Cobertura</u>
EcoCataratas	All Risks	De 31.12.08 até 31.12.09	135.535
EcoCataratas	All Risks	De 31.12.08 até 31.12.09	650.181
EcoCataratas	All Risks	De 31.12.08 até 31.12.09	1.000
EcoCataratas	Equipamentos - Frota	De 08.07.09 até 08.07.10	Tabela Fipe
Ecovia	All Risks	De 31.12.08 até 31.12.09	142.042
Ecovia	All Risks	De 31.12.08 até 31.12.09	187.537
Ecovias	All Risks	De 28.05.09 até 28.05.09	578.510
Ecovias	All Risks	De 28.05.09 até 28.05.09	1.898.202
Ecovias	Equipamentos - RD	De 10.01.09 até 10.01.10	1.687
Ecovias	Equipamentos - RD	De 27.05.09 até 27.05.10	336
Ecovias	Equipamentos - Frota	De 11.06.09 até 21.06.10	Tabela Fipe
Ecovia	Risco Engenharia - Ampliação	De 17.07.09 até 30.11.09	5.710

## 28. PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS

A Companhia e suas controladas têm como política a distribuição de participação no resultado aos seus funcionários vinculadas a um plano de metas e objetivos específicos, que são estabelecidos e pagos em conformidade ao acordo coletivo de trabalho com o sindicato da categoria. Até 31 de agosto de 2009, a participação nos lucros e resultados foi de R\$173, a qual foi apropriada ao resultado nas rubricas “Custo dos serviços prestados” e “Despesas gerais e administrativas”.

## 29. INFORMAÇÕES SOBRE O CONTRATO DE CONCESSÃO DAS CONTROLADAS ECOVIA E ECOCATARATAS

A Ecovia e a EcoCataratas fazem parte do programa de concessões do Estado do Paraná, regularmente licitado e contratado em 1997, em conjunto com outras quatro concessionárias. A atual Administração do Governo do Estado do Paraná busca reduzir ou suprimir o programa de concessões rodoviárias no Estado, através de ações administrativas e judiciais. O litígio estende-se pelas seguintes principais frentes: encampação das concessões, desapropriação das ações de controle, tentativa de caducidade dos contratos, negativa de reajuste de tarifa nos anos 2003 a 2008, tentativa de nulidade de aditivos contratuais vigentes e consideração de dados contábeis em detrimento de dados contratuais regulares. Em todas as frentes de litígio restam, por ora, vitoriosas as concessionárias do Estado do Paraná, seja por decisões liminares, seja por sentenças ou também por recursos em instância superior. Ou seja, os contratos de concessão não foram atingidos.

Os reajustes tarifários contratuais dos anos 2003 a 2008, sistematicamente negados pelo Estado do Paraná, foram implementados e estão vigentes, parte deles por meio de liminar confirmada em todas as instâncias, parte já através de sentenças de mérito. Houve ainda, em 2007, a edição de leis estaduais para a concessão de isenções tarifárias para determinadas categorias de usuários das rodovias. Tais leis foram consideradas, em sede de liminar, indevidas em primeira análise, estando atualmente no aguardo de eventuais recursos aos tribunais superiores. Tanto a Ecovia como a EcoCataratas buscam, por meio de ações judiciais na Justiça Federal, ter reconhecidos em seu favor eventos que desequilibraram os contratos de concessão de cada uma dessas concessionárias, mas que foram omitidos ou não reconhecidos pela atual administração estatal. Caso reconhecidos, tais eventos conduzirão ao direito de restabelecimento da dimensão original das equações econômico-financeiras dos contratos, seja por aumento de tarifa ou redução de obras, seja por aumento no prazo da concessão, ou seja, por compensação pecuniária direta do poder público, podendo ocorrer também a combinação dessas possibilidades.

### 30. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

#### a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluídos nas demonstrações dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 4.

#### b) Informações suplementares

As informações de imposto de renda, contribuição social e juros pagos que não afetaram o caixa estão demonstradas a seguir:

	<u>31.08.09</u>	
	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Juros pagos de empréstimos, financiamentos e debêntures	3.581	3.581
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	9.344

Os bens, os direitos e as obrigações advindos pelo aumento de capital pela Primav, mencionados na nota explicativa nº 1, que não afetaram o caixa estão informados a seguir:

<u>Descrição</u>	<u>31.07.09</u>
Ativos circulante e não circulante	1.612.195
Passivos circulante e não circulante	1.219.423
Acervo líquido	434.168

### 31. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em setembro de 2009, as empresas ECSC Centro de Serviços Corporativos Ltda. e ECSE Centro de Serviços de Engenharia Ltda. foram incorporadas pela Companhia. Essas empresas prestam serviços de apoio administrativo, financeiro, de tecnologia e engenharia às demais unidades do Grupo EcoRodovias.

A seguir, apresentamos o resumo dos valores que foram incorporados:

	<u>ECSC Centro de Serviços Corporativos Ltda.</u>	<u>ECSE Centro de Serviços de Engenharia Ltda.</u>
Ativo:		
Circulante	4.416	4.906
Não circulante:		
Realizável a longo prazo	7	8
Imobilizado e intangível	9.434	3.176
Passivo:		
Circulante	11.062	8.008
Não circulante	-	81
Patrimônio líquido	2.795	1

### 32. REAPRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As presentes demonstrações financeiras estão sendo reapresentadas para contemplar informações adicionais às seguintes notas explicativas: nota 9 - Investimentos; nota 11 - Intangível; nota 14 - Empréstimos e Financiamentos; nota 15 - Debêntures; nota 16 - Transações com Empresas Ligadas; nota 17 - Credor pela Concessão; nota 18 - Provisão para contingências; nota 19 (d) - dividendos; nota 20 - Imposto sobre Serviços; e nota 25 - Gerenciamento de Riscos e Instrumentos Financeiros.